

Assunto: Advogado lança obra pioneira	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Últimas Notícias	Seção:
Página: 2	Data: 19/03/2015



> JURÍDICO

Advogado lança obra pioneira

O diretor executivo da **Folha de Pernambuco**, Paulo Pugliesi, recebeu na tarde de ontem o advogado e docente universitário Antônio Carlos Palhares Moreira Reis e o seu neto, o também advogado Guilherme Lapenda. Durante o encontro, ambos conversaram sobre o lançamento da obra "Processo administrativo disciplinar contra magistrado" (editora Consulex), de autoria de Palhares Moreira Reis, que

será lançado na próxima quinta-feira, dia 26 de março, a partir das 17h, no Fórum Rodolfo Aureliano. A obra é pioneira, uma vez que nenhum texto similar existe desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 41, de 2004, e evidencia o domínio do autor acerca do tema, já demonstrado em obras anteriores. O assunto, até então, não obteve maior divulgação, porque os processos disciplinares contra



Bruno Campos

PALHARES Moreira Reis (c) foi recebido por Paulo Pugliesi

magistrados são protegidos pela natural reserva, o que desaparece quando se discute a aplicação das sanções a juízes de todos os graus e sua análise nos processos jurisdic-

cionais. O livro também aborda questões como o controle e a punição das atividades irregulares dos agentes públicos no Direito brasileiro - assunto inegavelmente atual.

Assunto: Após mutirão, 80 presos são liberados	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Capa Dois	Seção:
Página: 2	Data: 19/03/2015

jornal do  commercio

Após mutirão, 80 presos são liberados

SISTEMA PRISIONAL Força-tarefa de defensores públicos analisou 5,2 mil processos de detentos de Pernambuco e enviou à Justiça 4 mil pedidos de concessão de direitos

O mutirão de defensores públicos que atendeu processos de presos de três unidades do Complexo Prisional do Curado, na Zona Oeste do Recife, foi encerrado ontem. Contando com 48 defensores de todo o País, a força-tarefa começou no dia 2 de março e assistiu mais de 5 mil dos 7 mil detentos. Durante o trabalho, 80 presos foram liberados do Complexo do Curado.

A ação encaminhou 4 mil pedidos de concessão de direitos à Justiça. Os defensores solicitaram livramento de condicional, progressão de regime, transferência de presos e extinção da punibilidade pelo cumprimento de pena para os detentos. De acordo com a Defensoria Pública, esses detentos deveriam aguardar o julgamento em liberdade, mas continuam nos presídios porque os juízes não analisaram os casos.

“Foram atendidos 5.200 reeducandos, dos 7 mil. Só não foram atendidos os que já tinham advogados”, explicou o defensor-geral do Estado, Manoel Jerônimo.

No balanço geral, o mutirão conseguiu em 15 dias 80 alva-



CURADO Presos realizaram rebeliões para cobrar direitos

Defensor-geral do Estado se queixa de falta de pessoal

rás, 15 livramentos condicionais, 31 regimes de progressão e 8 transferências. Mil e duzentos habeas corpus foram solicitados pelos defensores. “Os juízes não são em grande quantidade, então o resultado é mais demorado, porque eles vão analisar esses pedidos”, disse Manoel Jerônimo. O Poder Judiciário vai trabalhar em regime especial, com sete juízes, e o Ministério Público acionou oito promotores. Os resultados,

de acordo com o defensor-geral, devem aparecer nas próximas semanas.

Manoel Jerônimo ressaltou que apenas oito defensores públicos atendem os 32 mil internos do sistema prisional em Pernambuco. Recentemente, 67 foram aprovados em concurso público. Na gestão do ex-governador João Lyra foi dada a autorização orçamentária para que 20 defensores fossem contratados. “O governador Paulo Câmara precisa autorizar para que os outros 47 também sejam contratados”, explicou o defensor público.

“Foi um trabalho que deu certo, e é preciso que haja defensores públicos em todos os presídios, se não a bomba vai estourar novamente”, ressaltou Jerônimo, se referindo aos motins que começaram em dezembro do ano passado e seguiram até fevereiro.

O mutirão faz parte do Programa Defensoria sem Fronteiras, promovido pelo Colégio Nacional de Defensores Gerais (Condege). Oito defensores públicos eram de Pernambuco, e os outros 40, de outros Estados brasileiros.

Sérgio Bernardo/JC Imagem/5-2-2015

Assunto: Morosidade no TJPE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: editorial	Seção: cartase-mails
Página: a7	Data: 19/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Morosidade no TJPE

No final do ano passado, houve o 1º Mutirão Eletrônico de Sentenças do TJPE, denominado Mutirão do Idoso. Porém, nem com essa ação um grupo de idosos aposentados do D.E.R.-PE

teve o parecer final da juíza da 3ª Vara da Fazenda para o pro-

cesso deles de nº11223-50.2010.8.17.0001. Quando se reclama na Ouvidoria desse tribunal, ela o despacha com o mesmo questionamento que tinha feito antes, dando a entender que o processo tramitou, segundo a advogada deles que por mais de uma vez o devolveu com a mesma resposta e novamente o processo voltou a dormir o "sono dos justos" no birô dessa magistrada.

CLÁUDIO DE MELO SILVA - Olinda

Assunto: Mutirão termina com 4 mil processos enviados ao TJPE	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 19/03/2015
Editoria:	Seção:

G1**PERNAMBUCO**

Mutirão termina com 4 mil processos enviados ao TJPE

Defensores públicos trabalharam por 2 semanas e revisaram ações de todos os detentos do Complexo de Presídios do Curado.



Assunto: Mutirão termina com 4 mil processos enviados ao TJPE	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 19/03/2015
Editoria:	Seção:



Envio de 4 mil processos de presos ao TJPE finaliza mutirão da Defensoria

Ação foi realizada por 48 defensores no Complexo do Curado, no Recife. Também foram solicitados 1.200 habeas corpus para detentos provisórios.

A força-tarefa realizada por 48 defensores públicos de todo o Brasil no Complexo Prisional do Curado (antigo Aníbal Bruno), na Zona Oeste do Recife, chegou ao fim nesta quarta (18) com o encaminhamento de 4.000 pedidos à Justiça, entre eles livramento de condicional, progressão de regime, transferência de presos e extinção da punibilidade pelo cumprimento de pena. Também foram solicitados 1.200 habeas corpus para detentos provisórios por excesso de prazo. Eles deveriam aguardar o julgamento em liberdade, no entanto seguem no conjunto de presídios porque não tiveram os casos analisados pelos juízes responsáveis.

Os pedidos da Defensoria Pública serão analisados pelo regime especial instaurado na 1º Vara de Execuções Penais (VEP) do estado, que desde o fim de janeiro recebeu o reforço de seis juízes. Os magistrados foram nomeados para agilizar o julgamento dos processos relacionados aos detentos do Complexo do Curado. A medida foi tomada logo após o registro de sucessivas rebeliões no conjunto de prisões no início deste ano, que deixaram quatro mortos e dezenas de feridos. A celeridade na análise dos processos era uma das principais reivindicações dos internos. Devido à situação, o governador Paulo Câmara (PSB) chegou a declarar estado de emergência no sistema penitenciário estadual.

De acordo com o defensor-geral do Estado, Manoel Jerônimo, em duas semanas de trabalho, o mutirão ainda liberou 80 detentos do Complexo do Curado. "Alguns estavam com alvará de soltura há quase um ano. Há uma falta de organização nos cartórios dos presídios. Precisa contratar mais gente por concurso", afirmou. Ele acrescentou que os 48 defensores públicos (8 de Pernambuco e 40 de outras partes do país) analisaram processos de 5.200 presos. "Todos os que não tinham advogado particular foram atendidos". Atualmente, o maior conjunto de prisões de Pernambuco abriga cerca de 7.000 internos, mas tem capacidade para pouco mais de 2.000.

Ainda conforme o defensor-geral do Estado, o resultado do concurso público para o órgão foi publicado no Diário Oficial desta quarta (18). "Temos 67 aprovados, mas apenas 20 vagas. Pedimos que o governador autorizasse a contratação dos demais. Hoje, só temos 8 defensores em Pernambuco para 32 mil detentos. Nosso déficit é de 300 profissionais. Seria o ideal. A contratação de um defensor é um investimento para o

Estado, não é gasto. O custo de reeducando ao governo é de R\$ 3.500 por dia", argumento Manoel Jerônimo.



Após o trabalho no Complexo do Curado, a Defensoria Pública agora planeja outro mutirão no Presídio de Igarassu, no Grande Recife. "Ainda não há data para acontecer. Vamos organizar o trabalho", disse Manoel Jerônimo. Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa do Executivo Estadual informou que o governo não pode contratar novos concursados, além dos previstos, até o primeiro quadrimestre deste ano devido ao orçamento, que já está fechado.

Inicialmente, o regime especial na 1ª Vara de Execuções Penais, que cuida da análise dos processos dos detentos, vai até 22 de julho. Mas o documento do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que autorizou o início do serviço, prevê a prorrogação da medida por mais seis meses.

Assunto: Força-tarefa de defensores públicos atendeu 5.200 detentos do Complexo do Curado	
Veículo: folhape	Data: 19/03/2015
Editoria:	Seção:



Força-tarefa de defensores públicos atendeu 5.200 detentos do Complexo do Curado

Em 15 dias de trabalhos, 80 detentos foram soltos e 31 progrediram de regime



Defensores de vários estados do País participaram da ação

Terminou, nesta quarta-feira (18), a força-tarefa formada por 48 defensores públicos de todo o País para atender detentos do Complexo Prisional do Curado, na Zona Oeste do Recife. Ao longo de 15 dias de trabalhos, foram analisadas demandas relativas a 5.200 dos cerca de sete mil reeducandos das três unidades do conglomerado de presídios. Segundo a Defensoria Pública de Pernambuco (DPPE), que avalia o saldo da ação como positivo, os presos não contemplados alegaram preferir continuar sendo

defendidos por advogados particulares.

O balanço das ações, que integraram o programa Defensoria Sem Fronteiras, incluiu o encaminhamento de aproximadamente quatro mil pedidos de progressão de regime à 1ª Vara de Execuções Penais, que também conta com o reforço de juízes para agilizar a análise dos processos. Ao longo dos trabalhos, 1.200 pedidos de habeas corpus foram impetrados e 80 alvarás de soltura, cumpridos. Quinze detentos receberam o livramento condicional, 31 progrediram de regime e oito foram transferidos para outras unidades prisionais.

“Esses são apenas os primeiros resultados. Esperamos ainda a avaliação dos pedidos de habeas corpus e de progressão de regime, que será feita nos próximos dias”, explicou o defensor público geral de Pernambuco, Manoel Jerônimo. “Graças à junção das forças, tivemos um resultado exitoso, com todos os detentos que queriam o nosso trabalho sendo atendidos. Saiu quem tinha direito de sair, recebeu algum benefício quem tinha direito. Cumprimos nosso trabalho de promover os direitos humanos e de fiscalizar o cumprimento da lei”, completou.

> Mutirão no Complexo do Curado*

Expectativa de atendimentos nas três unidades  7 mil

Reeducandos atendidos na três unidades  5, 2 mil

* 1,8 mil presidiários possuem advogados particulares



Medidas

1,2 mil Habeas Corpus
80 Alvarás
15 Livramentos condicionais
31 Regime de progressão
8 Transferências
4 mil pedidos serão analisados nos próximos meses

Defensores

67 aprovados no concurso
20 serão nomeados
30 defensores é o ideal para atuar nos 22 presídios do Estado
8 defensores trabalham atualmente nestas unidades

Fonte: Defensoria Pública do Estado

Editoria de Arte/Folha PE

Defensoria Sem Fronteiras

O programa de ação integrada entre as Defensorias Públicas da União, Estados e do Distrito Federal foi promovido pelo Colégio Nacional de Defensores Gerais (Condege). A força-tarefa no Recife é a segunda realizada pelo projeto, que já tinha tido uma edição no Paraná. O reforço ocorreu após tumultos realizados no Complexo do Curado, em janeiro, que terminaram com mortos e dezenas de feridos. No próximo dia 27, em uma reunião do Condege em Florianópolis (SC), será analisada a possibilidade de levar o programa para o Rio Grande do Norte, que também enfrenta problemas no sistema penitenciário.

Assunto: Servidores do Poder Judiciário seguem com paralisação e fazem passeata nesta quinta	
Veículo: folhape	Data: 19/03/2015
Editoria:	Seção:



Servidores do Poder Judiciário seguem com paralisação e fazem passeata nesta quinta

Classe trabalhadora reivindica implantação de projeto de progressão funcional

Desde esta quarta-feira (18), os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) realizam uma paralisação para reivindicar melhorias no plano de cargos e carreiras e a implantação de um projeto de progressão funcional. O ato, que tem duração de 48 horas, continua nesta quinta (19), quando será realizada uma passeata. A mobilização partirá do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, em direção à Praça do Derby, na área central do Recife.

De acordo com o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Pernambuco (Sindjud), durante a paralisação, apenas os serviços urgentes e inadiáveis estão sendo mantidos, como liminares e cautelares referentes à saúde, alimentos e réus presos. Nas principais comarcas, servidores realizam panfletagem e explicam à população os motivos do movimento. A expectativa é de que 80% da categoria esteja aderindo ao ato.

Assunto: Mutirão termina com 4 mil processos de presos enviados à Justiça	
Veículo: JConline	Data: 19/03/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Mutirão termina com 4 mil processos de presos enviados à Justiça

Força-tarefa para agilizar processos começou no dia 2 de março



Durante o trabalho, 80 presos foram liberados do Complexo do Curado

Foto: Edmar Melo/JC Imagem

O mutirão de defensores públicos que atendeu reeducandos de três unidades do Complexo Prisional do Curado, na Zona Oeste do Recife, foi encerrado nesta quarta-feira. Contando com 48 defensores de todo o País, a força-tarefa começou no dia 2 de março e assistiu mais de 5,2 mil, dos 7 mil detentos. Durante o trabalho, 80 presos foram liberados do Complexo do Curado. A ação encaminhou 4 mil pedidos à Justiça.

Os defensores pediram livramento de condicional, progressão de regime, transferência de presos e extinção da punibilidade pelo cumprimento de pena para os reeducandos. De acordo com a Defensoria Pública, esses detentos deveriam aguardar o julgamento em liberdade, mas continuam nos presídios porque os juízes não analisaram os casos.

“Foram atendidos 5,2 mil reeducandos, dos 7 mil. Só não foram atendidos os que já tinham advogados”, explicou o defensor geral do Estado Manoel Jerônimo.

No balanço geral, o mutirão conseguiu em 15 dias 80 alvarás, 15 livramentos condicionais, 31 regime de progressão, 8 transferências. Mil e duzentos habeas corpus foram solicitados pelos defensores. “Não há juízes suficientes, então o resultado é mais demorado, porque eles vão analisar esses pedidos”, disse Manoel Jerônimo. Segundo ele, o Poder Judiciário vai trabalhar em regime especial, com sete juízes, e o Ministério Público acionou oito promotores.

O mutirão faz parte do Programa Defensoria sem Fronteiras, promovido pelo Colégio Nacional de Defensores Gerais (Condege). Oito defensores públicos era de Pernambuco e os outros 40 de outros estados brasileiros.

Assunto: Servidores do Poder Judiciário parados até quinta	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 19/03/2015
Editoria:	Seção:



Servidores do Poder Judiciário parados até quinta

A categoria vai manter apenas o atendimento para os serviços essenciais



Serão feitos atendimentos relativos a questões de saúde, alimentação e réus presos. Ricardo Fernandes/DP/D.A Press

Nesta quarta e quinta-feira (17), os servidores do Poder Judiciário do estado vão parar. A categoria (composta por sete mil funcionários em 465 unidades judiciárias) vai manter apenas o atendimento para os serviços essenciais. A medida vai ser tomada para reivindicar um novo plano de valorização da carreira baseado em tempo de serviço, melhoria de desempenho e de qualificação da categoria. Além do cruzar de braços, os profissionais também farão uma passeata com panfletagem na quinta. A saída está marcada para as 14h, do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha do Leite, com destino à Praça do Derby.

A manifestação, no entanto, não deverá interferir nos serviços essenciais do Tribunal de Justiça. "Orientamos a categoria a manter os serviços de urgência. Todas as questões referentes à saúde, alimentação e réus presos (incluindo alvarás de soltura e júri popular) serão feitas. É preciso ter em mente que não vamos afetar as medidas liminares e cautelares", esclareceu o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Pernambuco, Eliseu Magno.

De acordo com o sindicato, os servidores pernambucanos são os que recebem a menor remuneração do país. "Melhoramos bastante o nosso serviço de 2011 para cá, estamos

entre os que mais produzem e, contraditoriamente, somos os que ganham o menor vencimento base no ranking nacional", continuou Eliseu Magno. Além disso, o plano também é essencial para conter a evasão crescente dos profissionais. "Mais de dois mil funcionários deixaram o Tribunal de Justiça espontaneamente em oito anos para reiniciar a vida profissional em outros campos devido aos salários", ressaltou.

O novo plano deve incorporar ao salário base as gratificações por tempo de serviço, melhoria de qualificações e desempenho. "O grande problema é que hoje isso não acontece. Quando nos aposentamos, acabamos recebendo menos até do que quando ingressamos no serviço público. Isso é um absurdo para qualquer profissional", denunciou o presidente do sindicato.

Assunto: Servidores do TJPE realizam paralisação de 48h pedindo melhorias salariais	
Veículo: NE10	Data: 19/03/2015
Editoria:	Seção:



Servidores do TJPE realizam paralisação de 48h pedindo melhorias salariais

Nova paralisação está marcada para a próxima quarta (25) e quinta-feira (26)



Cerca de 40 servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco realizam protesto, nesta quarta-feira (18), na escadaria da ala Norte no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha do Leite.

O protesto é para lembrar a paralisação da categoria que cruza os braços também nesta quinta (19). De acordo com o sindicato, a adesão é de 80% dos 7 mil servidores em todo o Estado. Nova paralisação está marcada para a próxima quarta (25) e quinta-feira (26).

Os servidores do TJPE alegam que recebem a menor remuneração do País. Além da implantação do salário-base eles pedem gratificações por tempo de serviço e também por desempenho.

Assunto: Servidores do TJPE realizam paralisação de 48h pedindo melhorias salariais	
Veículo: JConline	Data: 19/03/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Servidores do TJPE voltam a cruzar os braços para cobrar plano de cargos e carreiras

Categoria paralisa por 48h em resposta à indefinição do Judiciário sobre a implementação da progressão funcional



Categoria reclama que o plano de cargos e carreiras em vigor oferece poucas oportunidades de crescimento e aumento salarial

Foto: JC Imagem

Os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) voltam a fazer uma paralisação nesta quarta (18) e quinta-feira (19) para reivindicar melhorias no plano de cargos e carreiras da categoria e da progressão salarial. Por causa da movimentação, que vai durar 48 horas, grande parte dos serviços oferecidos nos fóruns do estado foi interrompido e os servidores só recebem questões emergenciais. A categoria irá realizar às 15h desta quinta-feira (19), uma passeata do Fórum Rodolfo Aureliano, na Ilha do Leite, área central do Recife, até a Praça do Derby.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Pernambuco, Eliseu Magno, a paralisação é uma resposta à indefinição do Judiciário sobre a implementação da progressão funcional. “Estamos em negociação há mais de um ano e não tivemos resultados”, explica Magno. O presidente do sindicato afirma ainda que uma nova paralisação de 48h será realizada na quarta (25) e quinta-feira (26) da próxima semana, quando será realizada uma nova assembleia, para decidir os rumos da manifestação.

A categoria reclama que o plano de cargos e carreiras em vigor oferece poucas oportunidades de crescimento e aumento salarial. “Entre todos os tribunais do País, somos os servidores que recebem o menor vencimento-base. Por conta disso, desde o ano de 2007, mais de dois mil servidores já deixaram o órgão. Essa evasão acarreta

problemas na qualidade do serviço prestado à população”, argumenta o presidente do sindicato.

A paralisação de hoje deve afetar todas as unidades do Tribunal de Justiça no Estado. “Todos os 7 mil servidores foram orientados a paralisar as atividades e a nossa estimativa é que cerca de 80% da categoria esteja parada. Em relação à população, estamos atendendo as questões urgentes, relacionadas a planos de saúde, corte indevido de energia elétrica, alimento ou réu preso”, explicou Eliseu Magno. As audiências e liberação de alvarás também estão restritas a casos de urgência.